

Valor e dinheiro em Marx: notas sobre o debate marxista

Alexandre Caldeira Agüena¹

Resumo

Um divisor de águas do debate marxista do dinheiro é se sua essência é ser dinheiro mercadoria (forma atribuída historicamente ao ouro) ou não. Nesse segundo caso, o dinheiro pode assumir formas inconversíveis e não vinculadas ao ouro sem prejuízos ao exercício de suas funções: medida de valor, meio de circulação e dinheiro. As distintas posições carregam consigo interpretações particulares de elementos da obra de Marx. Principalmente no que tange a teoria do valor e o nexó entre valor, dinheiro e capital. Este trabalho seleciona autores nacionais e internacionais que publicaram sobre o tema entre os anos 1980 e 2000 e faz um estudo de como esses autores articulam essas categorias. Comentários sobre o debate são realizados com base a uma interpretação sugerida, que é apresentada ao longo do trabalho.

1. Introdução

Um divisor de águas do debate marxista do dinheiro é a discussão sobre se a essência do dinheiro é ser dinheiro mercadoria² (forma atribuída historicamente ao ouro) ou não. Nesse segundo caso, o dinheiro pode assumir formas inconversíveis e não vinculadas ao ouro sem prejuízos ao exercício de suas funções: medida de valor, meio de circulação e dinheiro. As distintas posições carregam consigo interpretações particulares de elementos da obra de Marx. Como a gênese do dinheiro está fortemente relacionada com a gênese da categoria capital e o ponto de partida de Marx é o valor, frequentemente as posições sobre o dinheiro pressupõem uma interpretação da teoria do valor e do nexó categorial entre valor, preço e capital.

Este trabalho tem por objetivo analisar o debate marxista e tecer alguns comentários do ponto de vista de uma determinada interpretação da obra. Foram selecionadas publicações de autores entre as décadas 1980 e de 2000. A análise parte de interpretações defensoras do dinheiro mercadoria para interpretações que se afastam progressivamente num sentido crítico. Num primeiro nível crítico, o dinheiro mercadoria é uma contingência histórica, assim como o dinheiro de crédito contemporâneo. Num segundo nível, a superação do dinheiro mercadoria aparece como necessária, levando a crer que a forma mais desenvolvida (ou acabada) do dinheiro é o dinheiro inconversível. A seção 2 destina-se a apresentar a interpretação de Claus

¹Doutorando do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

² Dinheiro mercadoria refere-se aqui às interpretações de que o dinheiro deve ser uma coisa física e que “tenha valor”. Não se busca questionar que a mercadoria dinheiro não seja uma mercadoria especial cujo o valor de uso (sua particularidade) é ser o equivalente geral do valor das mercadorias. Não se nega que, nesse segundo sentido, o dinheiro seja mercadoria.

Germer. Na seção 3 realiza-se apontamentos críticos à posição de Germer com base numa interpretação do nexos categorial entre valor, dinheiro e capital desenvolvida ao longo da seção. A seção 4 analisa as posições de Foley e Moseley como posições que tem como ponto em comum uma busca pela solução do problema da transformação. Nessa seção discute-se também sobre a definição do valor do dinheiro. A seção 5 analisa as interpretações hegelianas da obra de Marx e como essas interpretações buscam reconstituir a lógica por trás da gênese do dinheiro inconversível. Por fim, na seção 6 apresenta-se uma conclusão do debate e alguns apontamentos com base na interpretação sugerida na seção 3.

2. O problema do nexos entre valores e preços e a proposta do dinheiro mercadoria como solução

A posição histórica das categorias apresentadas no curso da exposição de *O Capital* é uma questão que aparece em diversas contribuições sobre as teorias do valor e do dinheiro em Marx. Por exemplo, um texto seminal sobre a teoria do dinheiro em Marx, o famoso *La Monnaie chez Marx* de Suzanne de Brunhoff, parece situar as categorias desenvolvidas na primeira seção como pertencentes a formas sociais “mais gerais” do que a produção capitalista. De fato, a autora considera que pode ser identificada a partir de Marx uma teoria geral do dinheiro válida para todo tipo de “economia monetária” e que a produção capitalista seria um caso particular (DE BRUNHOFF, 1976). Como ponto de partida, será analisada a posição de Germer e como este autor situa toda argumentação da Seção 1 do Livro I.

Germer (1995) considera-se crítico da posição de Brunhoff. Não haveria em Marx, nenhuma referência a uma “economia monetária”. Na verdade, há a “economia mercantil simples”³, porém, a relação entre esta economia mercantil e a economia capitalista não é do tipo “gênero-espécie”⁴. Para o autor, a economia mercantil simples é uma etapa que se situa lógica e historicamente⁵ antes do capitalismo. Como etapa histórica anterior ao capitalismo, ela se particulariza pelo fato de que há a troca e a produção privada de mercadorias e uma verdadeira esfera de circulação em que o dinheiro está presente como condição de desenvolvimento dessa esfera. Com a presença do dinheiro, as trocas se tornam o “elemento constitutivo” da vida social. Nessa economia, então, o mercado é o vínculo entre os distintos produtores privados. O

³ Germer (1995, p. 29) considera a circulação simples como um estágio da economia mercantil. Considero que o autor ao utilizar o termo “economia mercantil simples” se refere a economia mercantil em seu estágio de circulação simples.

⁴ O capitalismo como uma espécie do gênero “economia monetária” no caso de De Brunhoff (1976).

⁵“(…) a circulação simples de mercadorias constitui não apenas uma abstração teórica como querem alguns autores, mas corresponde também, na concepção do autor, a uma etapa histórica do processo de constituição da economia capitalista.” (GERMER, 1995, p. 22).

valor existe como categoria na economia mercantil simples. Na verdade, a economia mercantil simples constitui um passo na “autonomização” do valor, pois com a presença do dinheiro (categoria que se constitui plenamente na economia mercantil simples) que o valor existe de forma autônoma no dinheiro que é a forma universal do valor⁶. A gênese dessa economia mercantil simples constitui um processo histórico assim como sua passagem para uma economia capitalista:

Portanto, a análise do dinheiro - forma mais elementar do valor - está situada no local da sua constituição, indicado pela linha evolutiva histórica e lógica, que é a circulação simples de mercadorias, que emerge como resultado do desenvolvimento progressivo da troca direta e, por outro lado, antecede e prepara condições para o surgimento do capitalismo. (GERMER, 1995, p. 26)

Aqui se conclui que a categoria valor e dinheiro existem como categorias da circulação simples. O dinheiro encontra-se, inclusive, como categoria acabada, ou seja, com todas as suas determinações (medida de valor, meio de circulação e dinheiro) na circulação simples. A constituição da circulação simples emerge historicamente como resultado de um desenvolvimento histórico das trocas e cria as condições para o passo seguinte: a economia capitalista. Todo movimento visa a autonomização do valor como forma já existente. Primeiro no dinheiro (como existência fora da mercadoria) e depois no capital (como finalidade do movimento). Com isso, para Germer, a gênese do dinheiro a partir do desenvolvimento das formas de valor exposta por Marx na seção 3 do capítulo 1 do livro I d'O Capital consiste na gênese histórica do dinheiro e da economia mercantil simples a partir do desenvolvimento das trocas desde as “trocas diretas”. Com base nisso, considera que Brunhoff acertou ao identificar que as leis de circulação do dinheiro continuam intactas no capitalismo, tal qual são na economia mercantil. Porém, isso não se trata de uma “teoria geral do dinheiro”, mas apenas uma etapa na constituição histórica do capital como o ponto de partida deste. A economia mercantil simples conduz, por sua vez, ao capital através das novas relações sociais e funções econômicas exercidas por “agentes econômicos” que surgem do desenvolvimento das funções do dinheiro com destaque para as funções do dinheiro como dinheiro (GERMER, 1995, p. 29). Exposto como Germer situa o argumento de Marx, será analisado como o autor apreende a teoria do valor de Marx e seu desdobramento no dinheiro.

⁶ “(...) a circulação simples constitui uma etapa do processo de autonomização do valor, mais avançada do que a troca direta. Na realidade é só com a plena constituição do dinheiro, que se dá na circulação simples, que o valor pela primeira vez se apresenta de modo autônomo em caráter geral, isto é, no âmbito unificado das trocas.” (GERMER, 1995, p. 20)

Germer (1995, 2002, 2005) considera a lei do valor como uma lei da distribuição do produto na sociedade. Em qualquer sociedade, o trabalho social corporificado em valores de uso deve ser distribuído entre os indivíduos que a compõe. A existência de um mecanismo de distribuição é uma condição para a reprodução dessas sociedades. A lei do valor é o mecanismo pelo qual o produto social é distribuído numa sociedade mercantil. Nesta economia, os atos de troca transformam os distintos trabalhos privados em partes do trabalho social-abstrato⁷. O *quantum* de valor é a regra que determina a quantidade em que as mercadorias se permutam e o produto é distribuído entre os produtores. O problema central é compreender como é determinado quantitativamente o valor ou o trabalho social contido nas mercadorias já que o trabalho abstrato é uma categoria “inquantificável”. É o dinheiro que torna o valor quantificável permitindo as mercadorias se compararem entre si e estabelecer a medida de sua equivalência mútua. Essa necessidade do dinheiro deriva do caráter privado dos trabalhos. Eles precisam ser “reduzidos” ou “dissolvidos” em trabalho social, pois não são sociais (ou abstratos) imediatamente. Para Germer, essa redução só é possível, se uma forma de trabalho privado aparecer como o representante do trabalho social, o trabalho produtor do dinheiro-mercadoria é esse representante.

Disso se conclui que o dinheiro nada mais é que um produto particular, de um trabalho particular que serve como representando do trabalho social abstrato. Ele é o “conversor” do trabalho privado em social abstrato justamente por ser um produto do trabalho como todos os outros e por isso deve ser uma coisa material, para dar forma a uma forma imaterial (valor), e ser produto trabalho, caso contrário seria uma “forma sem conteúdo”. Sua “essência” já está posta desde a forma simples do valor, pois trata-se apenas da troca entre mercadorias, a diferença é que a mercadoria dinheiro é escolhida como a representante do trabalho social⁸. A exigência de “conter valor” se relaciona com o fato de que o dinheiro só pode comparar-se com as mercadorias se tiver uma dimensão em comum, essa dimensão em comum é o valor (GERMER, 2002).

Essa conversão dos trabalhos privados em trabalho social seria o processo por meio do qual os produtores individuais teriam um indicador da relação entre as suas condições privadas

⁷ Em Germer, o caráter abstrato do trabalho emana das trocas sistemáticas do produto do trabalho. É o desenvolvimento das trocas (num sentido histórico) que torna os produtos do trabalho valores e o dinheiro é condição para esse desenvolvimento. Por isso, o trabalho abstrato (substância do valor) existe como categoria já na economia mercantil simples. Para uma crítica Cf. De Paula (2020).

⁸ “Marx esforça-se para destacar o principal resultado a que chegou, que é precisamente que o dinheiro nada mais é que uma mercadoria, e que a forma dinheiro do valor em nada difere, em essência, da forma simples do valor, na qual todos os eles que constituem o dinheiro já estão presentes, ressaltando que, com isto, toda a fantasmagoria com a qual se procura mistificar o dinheiro desaparece.” (GERMER, 2002, p. 4)

de produção e a condição média e, desta forma, os produtores se ajustariam de acordo com esse indicador (GERMER, 2005, p. 29). É o dinheiro, então, que garante a imposição do tempo de trabalho socialmente necessário (TTSN) como legalidade e que transforma os trabalhos privados em abstratos. Considerando o exemplo de Germer (2005)⁹, o produto diário de uma determinada quantidade da mercadoria dinheiro – por exemplo, o ouro – produzida numa jornada, torna-se a expressão social média do produto diário dos produtores das outras mercadorias em uma jornada. Cada produtor de mercadorias, para se reproduzir, deve obter a quantidade de mercadoria dinheiro produzida diariamente por uma jornada, ou seja, o equivalente à sua produção em uma jornada. Caso não consiga, isso indica que o produtor opera abaixo das condições de produção médias ou que há um excesso de produtores em seu ramo de produção. Isso implica um preço muito baixo para que ele obtenha a quantidade de mercadorias necessárias para a sua reprodução. (GERMER, 2005, p. 33).

Conclui-se aqui que o valor e o dinheiro já se encontram como formas acabadas lógico e historicamente na economia mercantil simples. Essas formas entram como participantes da produção capitalista com suas determinações já constituídas. Com isso, para Germer (1995), a passagem da economia mercantil para o capitalismo constitui uma mudança na forma de existência do valor, que agora passa a ser capital. Como categorias, capital e dinheiro devem ser separadas. Suas determinações são distintas (e de certa forma opostas¹⁰) e elas refletem relações sociais distintas – i.e economia mercantil e economia capitalista – que são fases distintas das formas de existência do valor, sendo a capitalista mais desenvolvida. Essa concepção de Germer (1995, 2001) leva o autor a concluir que o dinheiro de crédito, como produto da economia capitalista não é dinheiro. Ele possui determinações do dinheiro (e do capital), já que o substitui na circulação, mas não é em si dinheiro¹¹. O dinheiro de crédito jamais pode ser medida de valor e meio de pagamento final e nem mesmo pode ser entesourado, pois constitui apenas um direito ao dinheiro. O entesouramento constitui-se nas reservas do Banco Central, expulsando o dinheiro mercadoria da circulação (GERMER, 2001). A expulsão do dinheiro mercadoria de circulação pelo dinheiro de crédito constitui um avanço¹², pois

⁹ Neste exemplo, o autor parte de sua definição de economia mercantil simples em que há produtores privados e trocas sistemáticas numa lógica M-D-M, ou seja, o centro da reprodução do sistema é a troca, mas não se trata de uma economia capitalista.

¹⁰ Para Germer (1995, 2001) essa oposição fica explícita na função de entesouramento do dinheiro.

¹¹ “Como objeto de análise, o dinheiro de crédito constitui rigorosamente um capítulo do estudo da esfera da circulação, pois o dinheiro de crédito não é dinheiro, é apenas meio circulante.” (GERMER, 2001, p. 209).

¹² “Isto parece significar que, no capitalismo avançado, o Estado abole o entesouramento privado de modo rigorosamente consistente com a lógica capitalista, que o entesouramento contraria. Ao impedir o entesouramento privado, o Estado estaria impedindo que o sistema seja afetado negativamente por capitalistas irracionais, de modo

significa um veto ao entesouramento pelos capitalistas individuais e seu monopólio pelo Estado (GERMER, 2001). O entesouramento constitui uma determinação do dinheiro e não do capital e, para o autor, implica uma negação do capital. O capital seria valor que se move e se expande, enquanto o dinheiro entesourado constitui valor que não se move e se preserva. O primeiro caso refletiria relações capitalistas enquanto o segundo da economia mercantil simples.

3. Apontamentos críticos interpretação de Germer e uma interpretação da relação entre valor, dinheiro e capital.

Como Germer considera as formas valor e dinheiro como formas antecedentes à produção capitalista, isso implica que elas se constituem lógico e historicamente como coisas acabadas anteriormente a esse modo de produção. O trabalho abstrato, TTSN e todas as determinações do dinheiro se constituem historicamente com o desenvolvimento das trocas e com a constituição da mercadoria dinheiro como resultado desse movimento na economia mercantil simples. Dessa forma, o autor não toma as categorias valor e dinheiro como determinações mais abstratas do próprio capital, ao contrário, toma como categorias prontas e definidas historicamente antes. Nesse sentido, acaba por “hipostasiar” a categoria valor e o dinheiro (como forma do valor) para formas sociais não capitalistas (para a economia mercantil). Germer não percebe que sua economia mercantil simples, uma sociedade de produtores independentes cujo o produto é destinado para a troca e o mercado se constitui como nexos social entre os produtores privados já é a economia capitalista, sem dizer, explicitamente, a categoria capital.

No momento que Marx (2013) anuncia que a mercadoria constitui a unidade básica da riqueza ele já está se referindo a produção capitalista. Somente nesse modo de produção que todo produto do trabalho assume essa forma, justamente porque a própria capacidade de trabalho tornou-se uma mercadoria (força de trabalho). Com isso, as trocas se tornam o nexos social dos produtores privados e passam a ser o centro da reprodução da vida social. Deixando de ser acidental ou mais ou menos regular a produção e circulação de mercadorias se torna um movimento regular e necessário de modo que ganha novas determinações (legalidades). A lei do valor, constitui, então, não uma lei de distribuição do produto na economia mercantil, mas é uma determinação (mais elementar) desse modo de produção. A forma mercadoria, que pode ter existência histórica anterior ao capitalismo, passa a ter um novo conteúdo, ser valor. Da mesma forma, o dinheiro passa a ser a forma do valor. Isso porque o próprio trabalho, passa a

que essa medida pode ser encarada como um elemento anticíclico, tornado possível no capitalismo graças ao sistema de crédito desenvolvido”. (GERMER, 2001, p. 221-222)

ter um duplo caráter – trabalho concreto e abstrato. Esse duplo caráter do trabalho não emerge da circulação de mercadorias. A abstração real do trabalho concreto desde o ato da produção existe somente na relação capital-trabalho, relação a qual, realmente, a determinabilidade do trabalho não importa nem para o capitalista nem para o trabalhador e o produto do trabalho constitui não valores de uso para seus produtores e proprietários (Marx, 2011, p. 230-231).

Com isso, se deve concluir que ao contrário de uma lei da distribuição do produto, o valor é a relação social mais elementar da produção capitalista. Ele particulariza a riqueza nesse modo de produção como uma forma de riqueza abstrata, por isso a contradição valor e valor de uso (que reflete o duplo caráter do trabalho) constitui o começo da exposição de Marx (como conteúdo da forma mercadoria). O valor é a determinação mais abstrata do capital (CARCANHOLO, 2021) e não algo que tem existência anterior. A gênese da categoria capital a partir das suas determinações mais simples e abstratas exige apresentar o valor e o dinheiro (como forma) como momentos anteriores, mas já pressupõem a existência histórica do capital. Essa é uma das virtudes da teoria marxiana, conseguir identificar a relação mais simples e elementar da produção capitalista e tomá-la como ponto de partida de modo que ele, ao contrário da economia política clássica, não pressupõe como dada nenhuma forma que ele tenha que explicar. A fortaleza de Marx está em seu ponto de partida ontológico mais do que em seu “método”¹³. O ordenamento das categorias valor, dinheiro e capital não segue aqui um ordenamento de surgimento histórico (embora mercadoria e dinheiro tenham existência anterior, embora não como valores), mas a constituição do capital a partir de sua determinação mais simples. Para expor o capital como um movimento, como um valor que se valoriza é evidente que Marx tem que explicar o conteúdo do movimento (o valor) e as formas que este tem que assumir em seu processo cíclico (D-M-D’). Isso deve explicar também, porque Marx não pode dar conta do dinheiro de crédito e outras formas de dinheiro nesse momento expositivo. O sistema de crédito só pode ser “posto”, como produto do capitalismo, num nível de análise mais concreto que exige a posição do capital.

O desenvolvimento das formas de valor na seção 3 do capítulo I do Livro I não constitui uma gênese histórica do dinheiro a partir do escambo¹⁴. Seu grande feito não é concluir que dinheiro é mercadoria no sentido sugerido por Germer, mas expurgar o caráter convencional do dinheiro presente na economia política clássica e, ao mesmo tempo, capturar o que particulariza o dinheiro no capitalismo (ser forma de valor). Em Smith (1996), por exemplo, o dinheiro (ouro

¹³ Cf. Duayer (2019).

¹⁴ Lapavistas (2005) reconhece isso. Consequentemente, sugere uma reinterpretação dessa passagem para que ela se enquadre uma teoria geral do dinheiro e sua gênese histórica.

que seja) é tomado como parte do capital circulante da sociedade. Um “custo” necessário para fazer as mercadorias circularem, um facilitador de trocas e, por isso, uma conveniência que, hipoteticamente, poderia existir ou não como meio de circulação em qualquer tempo histórico que haja trocas¹⁵. Marx, demonstra justamente o contrário, o dinheiro possui uma existência necessária no capitalismo, pois ele é a forma de existência do valor como dimensão universal das mercadorias. Uma vez desgarrado da particularidade da mercadoria, o valor existindo como dinheiro permite que a contradição valor e valor de uso encontre novas formas que ela possa se mover. A existência do dinheiro se explica então, como necessária por conta da relação de valor (determinada na produção e manifesta na circulação), e como forma de existência necessária do capital (capital monetário). Se o Estado moderno precisa criar uma institucionalidade em torno do dinheiro, seja qual for (centrada no ouro ou não) o Estado está, como ente inseparável da sociedade civil, cumprindo o papel de garantir as condições de reprodutibilidade do capital¹⁶.

Da mesma forma, a passagem do dinheiro ao capital que passa pelo desenvolvimento das funções do dinheiro não significa uma passagem histórica da economia mercantil para o capitalismo. Como demonstram Leite e Medeiros (2021), é correto considerar que há um nexo categorial entre as determinações de dinheiro do dinheiro e o capital¹⁷. Marx no capítulo 3 do livro I tem êxito em demonstrar que o desenvolvimento da esfera da circulação expelle o dinheiro para fora dela (em suas determinações de dinheiro) e abre possibilidades para ser um fim em si e não um meio de circulação. O surgimento das funções de entesouramento e meio de pagamento, como solução para contradições da circulação de mercadorias criam a possibilidade do surgimento de atividades especulativas que visavam a ampliação da riqueza na lógica D-M-D'. Tal fato se relaciona com a contradição entre a dimensão qualitativa e quantitativa do dinheiro. Como forma universal do valor ele pode tudo obter, mas como quantidade, é sempre limitado. Essa “natureza desmedida” do dinheiro guarda a possibilidade do impulso a acumulá-lo. A forma capital pode estar presente, dizem Leite e Medeiros (2021), antes do capitalismo, como formas antediluvianas do capital (capital usurário e capital comercial). Tais formas constituem antecedentes históricos imediatos do capital, mas não são

¹⁵ Nem mesmo dizer que o preço depende do trabalho despendido nas mercadorias e no ouro seria algo que particularizaria Marx. Até Ricardo (1982, p. 45), como se sabe, considera que o trabalho despendido no ouro muda seu valor e a expressão do valor das mercadorias no preço. O problema é que a economia política clássica ficou tão presa a relação quantitativa que não questionou a própria forma-preço. O segredo está na forma, a forma pela qual uma relação social entre pessoas ocorre realmente através de coisas (tal é o fetiche) e essas coisas recebem determinações reais (se tornam valores) que se expressam por meio do dinheiro. Nesse aspecto Paulani (1991) está correta em afirmar que o dinheiro é pura forma do valor.

¹⁶ Cf. Furtado (2021, pp 279-280).

¹⁷ Germer (1995) também considera isso, ainda que de maneira distinta.

capital (valor que se valoriza) e seu surgimento histórico não implica no surgimento do capital. Trata-se apenas de uma análise posterior de um processo consumado em que Marx busca apreender a lógica causal por detrás da gênese histórica do capital e como o desenvolvimento da circulação de mercadorias e do dinheiro permite a gênese da forma D-M-D'. Mas, o surgimento histórico do capitalismo como modo de produção não é o resultado necessário desse desenvolvimento das trocas. Como se sabe, é necessária uma revolução no modo de produção, uma separação do trabalho de suas condições objetivas.¹⁸

No momento que o dinheiro se torna capital ele recebe novas determinações. Primeiro como forma de existência do capital em seu processo cíclico. Como capital monetário, o dinheiro é uma forma funcional do capital. Quando assume a forma de capital-monetário o dinheiro cumpre as mesmas funções do dinheiro, o que transforma essas funções em funcionalidade para o capital é apenas seu papel no movimento de valorização como nexos entre as duas fases da circulação¹⁹ (MARX, 2015). Com isso, as determinações do dinheiro não se opõem a do capital, mas tornam-se determinações deste, inclusive sua função de entesouramento. Como expõe Marx (2015), a acumulação do mais valor que retorna na forma de dinheiro depende não apenas da sua existência, mas da sua magnitude, que tem que atingir um *quantum* suficiente para comprar na mesma proporção os elementos do capital produtivo. Enquanto não atinge esse volume, o dinheiro é entesourado e constitui fundo de acumulação que pode servir, também, com fundo de reserva²⁰. Aqui a função entesouramento é uma funcionalidade do capital na medida em que constitui capital monetário latente e, em nada tem a ver, com o entesouramento com um fim em si mesmo:

Quanto ao entesouramento propriamente dito, trata-se de um processo comum a toda produção de mercadorias e que só desempenha papel como fim em si mesmo nas formas pré-capitalistas não desenvolvidas. Porém, o tesouro aparece como forma do capital monetário e o entesouramento como processo que acompanha transitoriamente a acumulação de capital porquanto e na

¹⁸ “Em que medida ele [o comércio] provoca a dissolução do antigo modo de produção depende, antes de mais nada, da firmeza e da estrutura interna deste último. E onde esse processo de dissolução desembocará, isto é, o novo modo de produção que ocupará o antigo é algo que não depende do comércio, mas do caráter do próprio modo de produção antigo. No mundo antigo, o desenvolvimento do comércio e do capital comercial sempre resultou na economia escravista.” (MARX, 2017, p. 376)

¹⁹ “Por outro lado, o valor de capital na condição de dinheiro está limitado a desempenhar exclusivamente funções próprias do dinheiro. O que transforma estas em funções do capital é seu papel determinado no movimento do capital e também, portanto, o nexos entre a fase em que elas aparecem e as outras fases de seu ciclo.” (MARX, 2013, p. 110)

²⁰ Fundo de reserva constitui a parte do fundo sempre disponível para garantir a continuidade da produção em caso de prolongamento do tempo de curso do capital ou variações no preço dos meios de produção (MARX, 2015, p. 163).

medida em que o dinheiro figura como capital monetário latente(...) (MARX, 2015, p. 162)

Se Germer se refere a acumulação do capital na forma de dinheiro como uma forma de manifestação da crise, como sintoma da interrupção do ciclo do capital e sua cristalização em uma de suas formas funcionais (capital monetário)²¹, isso nada tem a ver com uma “disfunção” da função entesouramento como função do dinheiro e não do capital. O entesouramento torna-se uma determinação do capital na medida que é capital monetário latente (como fundo de acumulação) e garantidor da regularidade do ciclo de rotação do capital (como fundo de reserva), determinações ausentes quando o dinheiro não é uma forma funcional do capital. O que se busca demonstrar aqui é que não se deve opor as determinações do dinheiro às do capital. Trata-se de entender que na medida em que Marx se aproxima do concreto, o dinheiro recebe novas determinações e, por isso, se complexifica, se desenvolve²². Esse desenvolvimento não cessa no capital monetário, mas segue na autonomização dessa forma funcional no capital comércio de dinheiro, capital portador e juros, capital fictício, dinheiro de crédito e etc. Com isso, o dinheiro mercadoria, ao invés de ser a “forma mais acabada do dinheiro” que surgiria de forma definitiva na história na economia mercantil simples, constitui, na verdade, sua forma mais elementar. Buscar-se-á demonstrar que nada impede que no curso do desenvolvimento da produção capitalista -i.e sua complexificação - a categoria dinheiro ao receber novas determinações também se transforme e que o afastamento do dinheiro de sua forma mais elementar (mercadoria) pode ocorrer sem prejuízos á todas as funções do dinheiro, inclusive como medida de valor.

4. O “problema” da medida de valor e da determinação do valor do dinheiro

Falta dar conta da problemática posta por Germer: como um dinheiro que não seja imediatamente uma mercadoria pode ser medida de valor? Pode-se considerar que o problema posto pelo autor já está pressuposto em sua interpretação. Se é considerado que dinheiro é o meio pelo qual os trabalhos privados se tornam trabalho social abstrato e ele só faz isso porque é uma matéria que detém valor não há alternativa. Como tentou-se mostrar a determinação qualitativa (trabalho abstrato) e quantitativa (TTSN) do valor não se determinam na troca, mas na produção. Embora a quantificação do valor só faça sentido temporalmente no ato da troca, sua magnitude depende das condições médias para a reprodução da mercadoria no momento

²¹ Cf. Paulani (1991).

²² “Nesse caso, uma formação social pode ser considerada mais desenvolvida quando a sua reprodução envolve um número mais amplo de categorias propriamente sociais ou quando as **categorias sociais existentes se tornam mais complexas (...)**” (Bonente e Medeiros, 2021, p. 97. Grifos meus.).

que ela se encontra na circulação (DE PAULA, 2020, p. 41). A partir do momento que a troca se torna o nexos entre os produtores privados, mercadorias passam a entrar e sair de circulação a todo instante. A medida que saem mercadorias produzidas sobre determinadas condições médias e entram novas mercadorias produzidas sobre outras condições o TTSN muda e os valores das mercadorias tendem a se mover em compasso com o ritmo que as trocas se concretizam e seu valor é validado. A manifestação desse TTSN num preço não pode se confundir com a determinação do próprio TTSN²³, a própria necessidade do dinheiro como forma do valor resulta do fato que as mercadorias já são valores, pois houve uma mudança justamente no modo de produção. Por isso, Marx abre sua análise da função do dinheiro como medida de valor com a seguinte consideração:

As mercadorias não se tornam comensuráveis por meio do dinheiro. Ao contrário, é pelo fato de todas as mercadorias, como valores, serem trabalho humano objetivado e, assim, serem, por si mesma comensuráveis entre si, que elas podem medir conjuntamente seus valores na mesma mercadoria específica e, desse modo, convertê-la em sua medida conjunta de valor, isto é, em dinheiro. (MARX, 2013, p. 169)

Porém, quando as mercadorias se tornam a forma da riqueza (e valores) elas já não são trocadas pelos seus valores. Num nível mais concreto de análise, como se sabe, elas são vendidas pelo seu preço de mercado e a mediação entre o preço de mercado e seus valores são os preços de produção. A medida que se aproxima do concreto novas determinações surgem como a necessidade de os capitais tenderem auferir uma mesma taxa de lucro (nível dos preços de produção) ou as diferenças entre oferta e demanda (preços de mercado) e, por isso, as mercadorias não são simplesmente vendidas pelo TTSN. Com isso, o exemplo de Germer (2002, 2005) de uma economia de produtores privados que trocam suas mercadorias pelos valores faz pouco sentido. No capitalismo, as mercadorias são vendidas pelos seus preços de mercado que se movem, tendencialmente em torno dos preços de produção. Os autores atentos ao assim chamado “problema da transformação” notam que a operação da concorrência e a determinação dos preços de produção não guardam uma relação relevante com a forma do dinheiro de modo que a validade da operação da lei não tem a ver com a forma do dinheiro (se é mercadoria ou não). Reinado Carcanholo, embora não se enquadre nesse grupo, refletiu de

²³ Carcanholo (1999, p.77) expressa de forma simples: “Preço e, sua contraparte, o dinheiro não constituem medidas diretas do valor, mas, sim, formas de manifestação de sua grandeza, de sua magnitude.”. Como forma do valor, o preço se encontra numa instância distinta do valor e sua determinação quantitativa (TTSN), logo o normal é que eles não coincidam imediatamente.

forma primária sobre esse ponto ao notar que, seja qual for o padrão monetário, dada a estrutura de preços relativos (que tendem aos preços de produção), a relação do dinheiro com qualquer mercadoria do sistema o dinheiro já estabelecerá seu “poder de compra” (CARCANHOLO, 1999, p. 85). Deve-se tomar cuidado com essa afirmação, pois ela pode sugerir que o dinheiro precisa estabelecer “seu valor” por meio de uma mercadoria, ou conjunto de mercadorias. Porém, o que faz o dinheiro a forma do valor é o fato de **todas** as mercadorias expressarem seu valor no dinheiro. Depois que esse processo está acabado, se poderia escolher qualquer mercadoria ou subconjunto de mercadorias e dizer que elas são o “meio” pelo qual o dinheiro mede valores²⁴.

A chave interpretativa do “problema da transformação” parte de que Marx teria cometido a falha lógica de tomar os insumos em valores e o produto em preços na transformação de valores em preços de produção. A resolução do problema consiste em superar essa “falha” e no resultado garantir que a soma dos valores (trabalho despendido) seja igual à soma dos preços ao mesmo tempo que a soma do mais valor total (trabalho não pago) seja equivalente ao lucro total²⁵. Essa é a condição para a validade da lei do valor. Moseley (2016) e Foley (1982, 1983) possuem soluções próprias para o problema. Em ambos os autores, a forma do dinheiro (papel moeda inconversível, ouro, crédito) não é uma condição para a solução. Explicitamente, para Moseley (2005b), o dinheiro nem participa do problema da transformação porque ele não tem um preço de produção e nem pode ter preço algum, justamente porque uma mercadoria não pode expressar seu valor em si mesma. O dinheiro aparece apenas com a função de ser a expressão monetária do tempo de trabalho (MELT). O MELT é a expressão de monetária de uma “unidade” de trabalho. O inverso do MELT é, então, o quanto de trabalho há numa unidade monetária, ou “o valor do dinheiro”. Por motivos diferentes, o MELT e o valor do dinheiro, constituem um elemento do “fechamento” do problema da transformação para esses autores. De modo geral, o dinheiro aqui aparece apenas como um meio para converter grandezas de horas trabalho para preços de modo que a soma de ambas as grandezas coincidirem (seja em preço seja em horas de trabalho) é a própria solução do problema da transformação e não um problema da forma do dinheiro. A forma do dinheiro, no máximo, pode alterar a forma pelo qual as horas de trabalho se expressam no preço, ou seja, como se determina a MELT.

²⁴ É considerado aqui que essa crítica valeria para Prado (2013). O autor considera que atualmente o dinheiro é “dinheiro fictício” e sua contrapartida é a dívida pública do Estado. Porém, ele apenas mediria valores por ter uma relação implícita com o ouro pelo mercado de ouro.

²⁵ Cf. Moseley (2016).

Diferentemente de Germer, o dinheiro não converte trabalho privado em social, ele converte apenas grandezas.

Em Foley (1982), a determinação do valor do dinheiro se dá na razão do tempo de trabalho socialmente necessário [*total social labour time*] (N) pelo valor adicionado (*money value added*), que é o produto dos preços (P) e do valor adicionado em termos reais (X). Então, o valor do dinheiro é dado por: $\left(\frac{N}{PX}\right)^{26}$. O valor do dinheiro definido dessa forma não necessariamente precisa coincidir com a quantidade de trabalho despendida na produção do ouro. Como Foley (1982) afirma, a especificação do valor do dinheiro nesses termos é compatível com qualquer teoria que busque explicar as causas da magnitude do valor do dinheiro. Ou seja, o que o autor propõe é uma definição que estaria presente no próprio Marx, embora ele a tenha analisado em apenas um dos casos, o do dinheiro mercadoria. O que determina que o valor do dinheiro seja de uma magnitude medida por $\frac{N}{PX}$ pode variar de acordo com a institucionalidade. A crítica de Foley (1983) a Marx é que este último não teria analisado outro caso se não o de que o valor do dinheiro é determinado pela quantidade de trabalho – ou preço de produção – despendida na mercadoria dinheiro. Essa situação estaria restrita ao caso histórico específico do dinheiro mercadoria de modo que o argumento de Marx estaria limitado a um determinado período histórico em que vigorava o ouro como forma de dinheiro. Esses seriam os limites da teoria do “equivalente geral” de Marx. O dinheiro ser ouro é, então, apenas uma casualidade histórica. Diferentes arranjos institucionais podem cumprir a mesma função a depender do desenvolvimento histórico. Foley considera essa definição de valor do dinheiro poderosa, pois valida a teoria de Marx para qualquer arranjo. Porém, é justamente essa generalidade que Moseley(2005a) critica. A definição de valor do dinheiro de Foley é uma relação sempre válida *ex post* e, por isso, abre mão de explicar o que determina o valor do dinheiro.

Segundo Moseley (2011), no caso do dinheiro mercadoria analisado por Marx, a MELT (m) é determinada pelo tempo de trabalho despendido na produção de ouro (L_g) de modo que: $m = \frac{1}{L_g}$. Os preços não dependem da quantidade de dinheiro, mas do valor da mercadoria dinheiro e sua relação com valores das demais mercadorias. A quantidade de dinheiro, por sua vez, se ajusta aos valores das mercadorias pelo entesouramento e desentesouramento do ouro monetário. Marx também teria analisado o caso do papel moeda estatal inconvertível. Neste

²⁶ PX é dado pelo somatório do valor adicionado das mercadorias (valued added of commodities): $PX = \sum P_i X_i$.

caso, a quantidade de papel moeda inconversível em circulação pode determinar a MELT e consequentemente o nível de preços. A MELT passaria a ser determinado pela seguinte equação: $m = \frac{1}{L_g} \times \frac{M_p}{M_g^*}$. A quantidade de papel moeda inconversível em circulação (M_p) em relação a quantidade de ouro que seria necessária a circulação (M_g^*) passa a determinar a magnitude da MELT. Neste caso, Moseley (2011) afirma que há similaridades ente a teoria quantitativa e a teoria marxiana, mas pontua que a teoria de Marx teria a vantagem de explicar não apenas o nível geral de preços, mas conjuntamente os preços relativos das mercadorias que, como apresentado, dependeria da MELT e do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias individuais. No decorrer de seu argumento, o autor demonstra que a quantidade de trabalho necessária para a produção do ouro (L_g) se torna irrelevante para a determinação da MELT. L_g determina negativamente a expressão das quantidades de trabalho em moeda fiduciária (logo reduz diretamente a MELT) e a quantidade de ouro hipoteticamente necessária para a circulação (M_g^*). Porém, M_g^* tem efeito redutor sobre a MELT de modo que reduzir M_g^* implica elevar a MELT. Ou seja, um aumento do tempo de trabalho para a produção de ouro tende, por um lado, a reduzir a MELT por aumentar o valor do ouro em relação às demais mercadorias. Por outro lado, uma redução dos preços em ouro exige menos deste metal para fazer as mercadorias rodar (reduz M_g^*), logo aumenta a razão $\frac{M_p}{M_g^*}$. Dado um mesmo estoque de moeda fiduciária, uma redução de M_g^* implica um aumento relativo da quantidade de moeda fiduciária em relação a quantidade de ouro que seria necessária para a circulação. Algebricamente Moseley (2011) expressa isso da seguinte forma:

$$P_g = \frac{L}{L_g}$$

A quantidade de ouro necessária para a circulação é determinada por:

$$M_g^* = \frac{1}{V} \times \frac{L}{L_g}$$

Substituindo na MELT:

$$m = \frac{M_p}{L_g} \cdot \frac{L_g}{L} \cdot V$$

$$m = \frac{M_p V}{L}$$

Como o tempo de trabalho necessário para a produção do ouro afeta simetricamente a MELT em duas direções, o efeito final é nulo e a MELT não depende dele. Assim, um problema teórico foi resolvido por uma conveniência algébrica que estaria implícita na análise de Marx.

Para Moseley (2011), no caso do dinheiro de crédito, a MELT será determinada da mesma forma como para o dinheiro fiduciária. Ela dependerá da quantidade de dinheiro de crédito, da quantidade de trabalho socialmente necessária e da velocidade de circulação do dinheiro. Isso implica que a quantidade de dinheiro aparece como uma determinante de seu valor, uma relação de causalidade próxima à da teoria quantitativa da moeda em sua forma clássica. Assim, o problema da determinação da quantidade de moeda parece anteceder, em Moseley (2011), o problema da determinação de seu valor. Haveria, porém, uma dificuldade adicional quanto ao dinheiro de crédito: ele seria determinado parcialmente de forma exógena pela política monetária do Estado, e parcialmente de forma endógena pela dinâmica da acumulação. (MOSELEY, 2011, p.101).

É curioso atribuir a algo uma endogeneidade parcial. Se o dinheiro é endógeno sua quantidade é determinado pela demanda de modo que ele nunca pode ter uma “oferta excessiva”. Assumir que em algum grau não há relação da quantidade de dinheiro (como meio de circulação) e a circulação de mercadorias, de modo que a quantidade de dinheiro não é causada pela quantidade de mercadorias em movimento implica em tomar como exógeno e que sua quantidade pode ser excessiva e causar aumento de preços. Marx ao analisar o curso do dinheiro como parte do estudo de sua função meio de circulação não se refere, aqui é defendido, a uma análise restrita a institucionalidade do dinheiro mercadoria (ouro), mas uma análise da determinação do dinheiro – i.e meio de circulação em seu curso. Sua conclusão é válida para qualquer forma que cumpra essa função e circule: não se pode extrair nenhuma relação de causalidade direta da quantidade de dinheiro para mudanças no nível de preços no nível de análise do dinheiro como meio de circulação. O que é diferente de sua análise dos signos de valor, uma vez que o objeto de análise é justamente signos do ouro (Marx, 1974). O papel moeda de curso forçado circulava como representante do valor do ouro. Sua origem está na própria função de meio de circulação, de modo que embora aparente inverter a lei de circulação monetária, está disciplinada por ela:

A subida ou descida dos preços das mercadorias que acompanha o aumento ou diminuição da massa das notas – isto quando as notas constituem o meio de circulação exclusivo – é, pois, uma simples aplicação, imposta pelo processo de circulação, da lei violada mecanicamente exterior, segundo o qual a quantidade de ouro em circulação é determinada pelos preços das mercadorias, e a quantidade de espécies de ouro que esses signos representam na circulação. (MARX, 1974, p.124)

Essa passagem parece dar razão a Moseley, de fato uma violação da lei pelo “exterior” - i.e uma emissão excessiva de papel moeda – implica mudanças na expressão do preço no papel moeda. Porém, aqui é apenas da demonstração da validade da lei da circulação do dinheiro (ouro) vale para seus representantes e a violação da lei implica a perda de “valor” do papel moeda. Aqui o papel moeda é um signo do ouro e surge do dinheiro como meio de circulação. Algo totalmente distinto ocorre com o dinheiro de crédito contemporâneo que surge da função do dinheiro como meio de pagamento e é um passivo do Estado. Ele não representa o dinheiro (o ouro)²⁷ mas é a própria forma do dinheiro. A omissão algébrica do tempo de trabalho na produção do ouro (L_g) na MELT de Moseley não permite transpor a imposição da lei da circulação no caso de signos do ouro (como o papel moeda analisado por Marx) para o dinheiro de crédito contemporâneo, que não é um signo do ouro. Por mais que se omita algebricamente essa variável e deixe implícito que essa causalidade é válida apenas para signos do ouro.

Com muitas limitações na análise aqui realizada, busca-se apontar que poucos avanços na direção de explicar problemas contemporâneos como os processos inflacionários podem ser explicados revirando-se as funções do dinheiro como meio de circulação. Como meio de circulação ele é “endógeno”. Dificilmente pode-se atribuir, de forma imediata, ao “excesso de dinheiro” qualquer papel significativo como se o problema se reduzisse a uma quantidade de dinheiro excessivo em relação as mercadorias. Lapavitsas (2017) sugere que a alta inflação dos países latino americanos dos anos 1990, pode ser compreendida com uma chave interpretativa desse gênero²⁸. Pelo menos no caso brasileiro, parece que a questão não é tão simples. Como apontam Beluzzo e de Almeida (2002) e Carneiro (2002), a inflação brasileira nos 1980 e 1990 parece se relacionar mais com o problema do financiamento do balanço de pagamentos fruto da condição liquidez internacional desfavorável e da consequente necessidade de transferência de recursos reais para o exterior. Esses fatores causaram instabilidade no “valor externo da moeda”. Além disso, uma série de mecanismos institucionais ligados à criação da moeda indexada, repartição das funções moeda (meio de pagamento, reserva de valor e unidade de conta) e, posteriormente, ao papel assumido pela taxa de juros *overnight* como referência dos preços criou um ambiente inflacionário bastante particular no Brasil. De qualquer forma, o controle da inflação em patamares razoáveis se deveu à possibilidade de utilização da âncora cambial. Tal artifício só foi possível após a superação do problema de financiamento do balanço

²⁷ Cf. Paulani e Rotta (2009).

²⁸ “Latin American inflations of the order of several hundred percentage points annually, not necessarily leading to exponential increases of the price level and collapse of the monetary system, could be profitably studied from the viewpoint of state-induced irregularities in the supply of credit money.” (LAPAVITSAS, 2017, p. 41)

de pagamentos, que viabilizou a utilização do câmbio como instrumento. O problema e o fim do problema do financiamento do balanço de pagamentos estão intimamente conectados com as reviravoltas no movimento de capitais internacionais. Resumindo, tratou-se mais de um problema do financiamento externo em conjunto com particularidades institucionais do Brasil. A análise do “valor do dinheiro” apenas no nível de abstração da esfera da circulação de mercadorias, isto é quantidade de dinheiro necessária para fazer circular determinada quantidade de mercadorias, gera problemas analíticos para captar essas dimensões. Não adiantaria revirar os agregados monetários. Via de regra, deve-se fazer justamente o contrário e sair das determinações do dinheiro. Mas considerar as outras determinações que recebe como capital: capital portador de juros, capital fictício e etc.

É importante reconhecer que, nesse campo, a economia pós keynesiana tem avanços importantes. Um primeiro mérito é abandonar tentativas de estabelecer causalidade direta entre quantidade de moeda e preços e voltar a atenção para a determinação da taxa de juros que, na tradição pós keynesiana, pode ser totalmente exógena ou ter uma relação positiva com a quantidade de moeda (que reflete aumento no nível de atividade)²⁹. O segundo mérito é capturar o caráter totalmente endógeno do dinheiro de crédito³⁰ invertendo a relação entre depósitos e reservas e complicando o problema deslocando a análise para o motivo *finance* em que o crédito criado *ex-nihilo* financia as decisões de investimento. Aqui, pode-se dizer, o dinheiro já não é mero meio de circulação, mas financia expansão de capacidade, é “mercadoria capital”. Embora teorias que partam de uma ontologia diferente da teoria marxista³¹ esbarrem em limites (na perspectiva desta), não quer dizer que não possam capturar elementos do real e contribuir para o entendimento da dinâmica capitalista.

Moseley acaba por tratar, em seu MELT, o dinheiro contemporâneo na mesma forma que o papel moeda dos tempos de Marx em que este analisa-o como signo do ouro. Se o dinheiro de crédito é endógeno, a relação quantitativa do MELT de Moseley seria sempre uma verdade *ex-post*, igual ao caso de Foley. Trata-se da lei de circulação do dinheiro sob outra forma. Todos os autores analisados, consideram o papel do dinheiro de crédito em alavancar a acumulação e,

²⁹ É o conhecido o debate entre horizontalistas e estruturalistas. Cf. Moore (1988) e Pollin (1991). Para uma análise circuitista, cf. Rochon (1999).

³⁰ Existe nuances na definição de crédito e dinheiro no debate. Cf. Rochon (1999).

³¹ Para Ingham (2004), por exemplo, o que particulariza o sistema capitalista é o dinheiro de crédito. Uma forma de “produção do dinheiro” em que o Estado valida como dinheiro o crédito bancário impessoal e transferível denominado na unidade de conta determinada por ele. Assume-se aqui, que é possível estabelecer uma relação entre esse ponto de partida de Ingham e a economia pós keynesiana por isso, a dimensão monetário-financeira, secundarizada pela economia ortodoxa (que vê o capitalismo na forma M-D-M), é tão valorizada pelos pós keynesianos.

por isso, ele tem funcionalidades, porém, acaba-se sempre retornando, por diferentes caminhos, ao dinheiro como meio de circulação e a questão se resume a uma massa de valores-mercadorias e uma quantidade de dinheiro. Se um lado aumenta em descompasso com o outro há “inflação”.

5. Abordagens hegelianas e o desenvolvimento da forma dinheiro

Foley e Moseley consideram que o dinheiro mercadoria é uma trivialidade histórica assim como o dinheiro contemporâneo. Diferentemente de Germer abandonam o ouro (mercadoria) como sua forma necessária. Há abordagens hegelianas de Marx que buscam reconstituir a lógica por trás da “desmaterialização” do dinheiro. A abordagem de Paulani (1991; 2011) é influenciada pelo trabalho de Fausto (1987). Assim como os autores da Dialética Sistemática, destacam a influência de Hegel sobre Marx quanto a metodologia de exposição das categorias em *O Capital* (Arthur, 2004). Em ambos os casos, a desmaterialização do dinheiro aparece como necessária e não uma casualidade histórica. O dinheiro inconversível ou dinheiro de crédito (a depender do autor) constituem a forma mais desenvolvida (ou acabada) do dinheiro e não o dinheiro mercadoria. Logo, trata-se de uma posição inversa das que defendem a necessidade do dinheiro mercadoria e distinta da dos autores analisados na seção anterior.

Paulani (1991) considera a dialética como o discurso das significações obscuras ou “discurso de sombra”. Como discurso de sombra a dialética é adequada para expressar objetos “obscuros”. Obscuridade para autora envolve pressuposição. Pressuposição, por sua vez, pode ser tomado como o possível. O possível não pode ser, pois implica sua supressão e a passagem para existência. Logo, pressuposição envolve o não ser, pois é possibilidade e ainda não é existência. Por isso, diz Paulani (1991), Fausto considera o pressuposto o posto como não posto, ele “só é não sendo”. O discurso convencional da ciência se prende as definições ou proposições sobre o que é. Consequentemente, a dialética, por sua vez, seria o discurso adequado por respeitar essas “zonas de sombra” dos objetos. O dinheiro se adequa a sua definição de objeto obscuro por envolver pressuposição. O dinheiro para autora surge como essencialmente forma, pura forma imaterial do valor. Sua matéria existe para a forma (PAULANI, 2011). Enquanto medida de valor e meio de circulação a própria posição do dinheiro está pressuposta. Como medida de valor ele está presente apenas idealmente. Enquanto meio de circulação é apenas forma evanescente da mercadoria. A posição do dinheiro se constitui em sua determinação de dinheiro, porém nesse estágio sua essência está pressuposta porque o dinheiro aparece como algo que não é. A pura forma de valor aparece como a mercadoria absoluta, existência absoluta do valor, como “A Riqueza” verdadeira.

O dinheiro como pura forma do valor contradiz, então, sua forma material. O conceito de dinheiro é ser forma puramente social de modo que seu desenvolvimento deve implicar numa adequação da forma ao conceito (Rotta e Paulani, 2009). Consequentemente, Rotta e Paulani argumentam que o dinheiro inconversível já estava pressuposto n'O Capital como vir-a-ser do dinheiro. É uma nova determinação que adequa o dinheiro ao seu próprio conceito. A possibilidade de desmaterialização do dinheiro pode ser identificada em momentos da obra de Marx³², como em sua análise do signo de valor, ainda que esta forma ainda seja limitada, pois guarda alguma relação com o dinheiro mercadoria. Para os autores, o dinheiro mercadoria e o dinheiro conversível já carregam consigo a possibilidade de gênese do dinheiro inconversível. Isso porque ele carrega consigo uma contradição: como mercadoria o dinheiro é um particular que tem seu valor determinado pelo seu "custo de produção". Porém, como universal ele é valor de troca autônomo (pura forma do valor) e possui funcionalidades de dinheiro que são afetadas por sua determinação de mercadoria particular. O papel moeda inconversível dá posição a uma nova contradição que repõe a contradição universal particular supracitada. Contradição entre sua particularidade como moeda doméstica e universalidade como dinheiro mundial. Com isso, embora Marx não tivesse em mente que o dinheiro inconversível fosse a realização de seu conceito e, por isso, atribuiu à função de dinheiro mundial ao dinheiro mercadoria (justamente porque o dinheiro inconversível não tinha posição histórica) é possível extrair de sua obra passagem que demonstram a possibilidade do dinheiro inconversível.

Os autores da Dialética Sistemática compartilham do ponto de que o objeto da dialética sistemática é a ordenação e articulação das categorias constituintes de uma totalidade concreta já constituída. Ao contrário, a dialética da história tem por objeto uma suposta lógica do desenvolvimento histórico. Ou seja, uma lógica por trás dos estágios de um processo ao longo do tempo histórico. O Capital, para esses autores, não é uma obra da dialética da história, ainda que seja uma obra situada na história. A dialética presente n'O Capital é a sistemática. O ponto de partida é o modo de produção capitalista como uma totalidade que é abordada, num primeiro momento, num maior nível de abstração e progride para níveis mais concretos de sua exposição ao longo da obra. A passagem de uma categoria a outra ocorre na medida em que essas mesmas categorias abstraídas em um certo momento exigem que os elementos pressupostos que condicionam sua existência sejam postos para que elas sejam devidamente fundamentadas (ARTHUR, 2004, p.67). Será analisada aqui a abordagem de Geert Reuten sobre o dinheiro.

³² Cf. Rotta e Paulani (2009).

Reuten (2005) considera que os três primeiros capítulos do livro I d'O Capital estão vinculados de maneira tal que o dinheiro como forma é posto no capítulo 1, sua existência determinada na “prática”, como um ser-aí [*Dasein*], é derivada no capítulo 2 e somente no capítulo 3 o dinheiro em si com uma existência sistêmica se completa. Conseqüentemente, a seção 1 inteira do livro estaria voltada para a constituição da categoria dinheiro. Trata-se de uma passagem da forma para sua existência determinada e, posteriormente, para sua existência sistêmica. Para Reuten (2005), o valor não possui existência separada do dinheiro, ao contrário ele só pode se constituir por meio dele. Ainda que Marx tenha determinado que a substância do valor é o “trabalho abstrato”, Reuten (2005) considera que o trabalho abstrato é sua componente introvertida [*introversive*]. Somente a gênese do dinheiro na seção 3 do capítulo 1 d'O Capital põe a componente extrovertida [*extroversive*], o dinheiro. Reuten (1988) considera o ordenamento expositivo do dinheiro ao dinheiro de crédito e os bancos (que o cria) segue da seguinte forma: o dinheiro fundamenta a existência do valor, a acumulação de capital fundamenta a existência do dinheiro. A acumulação, por sua vez, é fundamentada pelo crédito. O crédito se fundamenta nos bancos, no dinheiro de crédito e, por último, no Banco Central. Conseqüentemente, a aproximação em direção ao real-concreto põe as condições de existência das categorias anteriores de modo que o crédito e o sistema bancário são parte constituinte e necessária da acumulação de capital. Logo, o dinheiro de crédito se encontra num nível de análise mais concreto e explicita as condições de existência da acumulação de capital, do dinheiro e do valor.

O dinheiro de crédito, diferente de outras formas do crédito como o crédito de produção e o crédito comercial, pode ser criado pelas instituições financeiras *ex-nihilo*. Não precisa ter relação com fluxos de dinheiro de uma produção passada já validada, ou seja, não precisa haver retirada de dinheiro de circulação e seu entesouramento prévio. Com isso, tem-se a capacidade de validar antecipadamente de forma privada uma produção futura. Sua validação social ocorre depois, quando as mercadorias produzidas são vendidas. Enquanto restrito ao circuito privado, o dinheiro de crédito funciona perfeitamente como meio de circulação. Porém, considerando que o dinheiro se constitui como dinheiro quando executa as funções não apenas meio de circulação e medida de valor, mas, também, reserva de valor, o dinheiro de crédito deve, também, desempenhar esta última função. A existência do Banco Central é necessária para sua plenitude. O dinheiro emitido pelo Banco Central é uma mediação fundamental uma vez que Reuten (1988, p. 135) considera que somente como dinheiro do Banco do Central o equivalente geral se completa exercendo as três funções fundamentais. Isso porque, ele é legitimado pelo próprio Estado como meio de pagamento. Dado que o Banco Central garante a conversibilidade

do dinheiro de crédito no dinheiro do Banco Central, o dinheiro de crédito é credenciado como uma forma legítima de reserva de valor e pode ser plenamente entesourado. Então, o sistema de crédito se completa com o Banco Central que legitima o dinheiro de crédito privada das instituições bancárias. O entesouramento assume a forma de depósitos em conta. O aumento do entesouramento implica aumento das reservas bancárias. Com o sistema de crédito plenamente constituído, o dinheiro de crédito se torna o dinheiro propriamente capitalista que permite a superação dos “limites monetários” da acumulação (REUTEN, 1988, p. 137).

6. Conclusão

As interpretações aqui apresentadas estão organizadas de forma que há um afastamento progressivo de uma interpretação do dinheiro mercadoria. Na primeira seção, Germer aparece como um defensor do dinheiro mercadoria. Nas seções seguintes, Foley e Moseley defendem que a forma do dinheiro é uma contingência histórica. Na penúltima seção, o dinheiro inconversível aparece como forma necessária do dinheiro resolvendo contradições que aparecem no curso de seu desenvolvimento. Essas interpretações, assumidas aqui como hegelianas, têm o mérito de compreender o dinheiro como uma categoria que se desenvolve a medida que novas determinações são postas e reconhecem que categorias não aparecem e se definem de uma vez e para sempre, mas se “ressignificam” a medida que se avança na teoria em direção ao concreto. Isso não significa que as determinações analisadas no nível mais abstrato desapareçam, as determinações do dinheiro estão presentes quando ele é capital, mas que elas se articulam com outras determinações formando estruturas cada vez mais complexas e concretas. Com isso, buscou-se demonstrar que não se pode confundir os níveis de análise e tentar derivar das determinações mais simples soluções para problemas concretos sem mediação alguma. Tentar derivar qualquer explicação para os problemas de inflação crônica do capitalismo contemporâneo diretamente da lei de circulação do dinheiro como meio de circulação pode ser um caminho ruim que irá identificar o marxismo com posições quantitativistas. Nesse sentido, o debate pós keynesiano da endogeneidade da moeda traz elementos importantes que devem ser considerados. Não se defende aqui uma miscelânea de teorias, apenas reconhecer que teorias não marxistas podem refletir uma dimensão do real e que merecem atenção e é possível apreende-las criticamente.

Por fim, podem haver nuances entre a interpretação d’O Capital sugerido na seção 2 e as abordagens “hegelianas”. Considerar o desenvolvimento do dinheiro como uma realização d’O Dinheiro (o conceito) não é um consenso. Embora Rotta e Paulani (2009) pareçam não atribuir uma teleologia pois, para os autores, possibilidade não implica necessidade e, na

verdade, a existência é a supressão da possibilidade, o movimento todo se resume a um vir a ser do conceito de dinheiro. O desenvolvimento tem como critério o caminho da materialidade para a desmaterialidade. Porém, a história é um processo em aberto e a economia capitalista ao longo de seu movimento de acumulação e crise pode resolver suas contradições de diversas formas possíveis. A institucionalidade do sistema monetário contemporâneo reflete a solução encontrada para a crise da economia capitalista nos anos 1970 (como os autores apontam muito bem). O desenvolvimento como apontado, implica apenas complexificação, surgimento de novas determinações e, com isso, novas formas de imposição das legalidades. Independentemente do binômio material vs. imaterial³³. Nesse sentido, Carcanholo (1999) tem uma contribuição interessante ao relacionar a forma do dinheiro contemporâneo a predominância de uma lógica de valorização fictícia. Ao fato de o capital fictício ser a forma que passa a ser dominante e articular todas as formas funcionais do ciclo do capital industrial. Ainda que, tal contribuição esteja associada à sua polêmica categoria “capital especulativo parasitário”³⁴.

Conclui-se que as possibilidades de o dinheiro abandonarem a forma de mercadoria (ouro), sem prejuízos para as suas funções, já estavam postas na análise de Marx. Não contradiz nem a “essência” do dinheiro nem a lógica do capital. Cada forma do dinheiro tem suas funcionalidades e disfuncionalidades (para o capital) num sentido histórico e surgem e desaparecem em sintonia ao desenvolvimento histórico desse modo de produção.

Bibliografia

- ARTHUR, C. J. **New Dialectic and Marx's Capital**. Leiden: Brill, 2004.
- BELLUZZO, L. G.; DE ALMEIDA, J. G. **Depois da queda**: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do real. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002.
- BONENTE, B. I.; MEDEIROS, J. L. Marx e a crítica da economia política: considerações metodológicas. In: BARRETO, E. S.; MEDEIROS, J. L. **Para que leiam O capital**: interpretações sobre o Livro I. São Paulo: Usina, 2021. p. 67-114.
- BRUNHOFF, S. D. **Marx on money**. New York: Urizen books, 1976.
- CARCANHOLO, M. D. Valor e preço na teoria de Marx: o significado da lei do valor. In: BARRETO, E. S.; MEDEIROS, J. L. **Para que leiam o capital**: interpretações sobre o livro I. São Paulo: Usina, 2021. p. 115-132.
- CARCANHOLO, R. A. O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro. In: GOMES, H. **Especulação e lucros fictícios. Formas parasitárias de acumulação contemporânea**. São Paulo: Outras expressões, 2015 [1999]. p. 61-88.
- CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. 1ª. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

³³ O debate sobre o caráter material ou imaterial do dinheiro gerou debates homéricos na Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

³⁴ Para uma crítica Cf. Paludetto e Rossi (2018).

DE PAULA, P. G. **Valor como trabalho vivo e renda fundiária:** uma releitura da crítica da economia política. Niterói: tese (doutorado) - Faculdade de economia. Universidade Federal Fluminense, 2020.

DUAYER, M. Marx: el método de la economía política como crítica ontológica. **Eleuthera**, n. 21, p. 91-105, 21 jun. 2019.

FAUSTO, R. **Marx:** lógica e política - Investigação para uma reconstituição do sentido da dialética. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FOLEY, D. The value of money, the value of Labor power and the marxian transformation problem. **Review of Radical Political Economy**, v. 14, n. 2, p. 37-47, junho 1982. Disponível em: <<http://rrp.sagepub.com/content/14/2/37>>.

FOLEY, D. On marx's theory of money. **Social concept**, v. 1, n. 1, p. 5-19, 1983.

FOLEY, D. Marx's theory of money in historical perspective. In: MOSELEY, F. **Marx's theory of money - modern appraisals**. Hampshire and New York: Palgrave Macmillan, 2005. Cap. 2, p. 36-49.

GERMER, C. O caráter de mercadoria do dinheiro segundo Marx - uma polêmica. **VII Encontro de economia política**, Curitiba, 2002. Disponível em: <https://www.sep.org.br/01_sites/01/index.php/enep-2/enep-edicoes-anteriores/datas-das-edicoes-anteriores>. Acesso em: 2021.

GERMER, C. The commodity nature of money in Marx's theorie. In: MOSELEY, F. **Marx's theorie of money - modern appraisals**. Hampshire e New York : Palgrave Macmillan, 2005. p. 21-35.

GERMER, C. M. **Dinheiro, capital e dinheiro de crédito - o dinheiro segundo Marx**. Campinas: Tese (doutoramento). Insitituto de Economia - Universidade Estadual de Campinas, 1995.

GERMER, K. Dinheiro e dinheiro de crédito no capitalismo avançado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 205-228, 2001.

LAPAVITSAS, C. The universal equivalent as monopolist ability to buy. In: MOSELEY, F. **Marx's theorie of money - modern appraisals**. Hampshire, New York: Palgrave Macmillan, 2005. Cap. 7, p. 95-110.

LAPAVITSAS, C. The theory of credit money: structural analysis. In: LAPAVITSAS, C. **Marxist Monetary Theory**. Leiden: Brill, 2017 [1991]. Cap. 2, p. 23-50.

LEITE, L. M.; MEDEIROS, L. Em busca do elo perdido: sobre a gênese dialética da categoria capital. In: BARRETO, E. S.; MEDEIROS, J. L. (. **Para que leiam O capital:** interpretações sobre o livro I. São Paulo: Usina, 2021. p. 167-194.

MARX, K. Contribuição a crítica da economia política. In: _____ **Os pensadores:** Karl Marx. São Paulo: Abril Cultura, 1974. p. 108-263.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011 [1976].

MARX, K. **O capital - crítica da economia política:** o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, v. I, 2013 [1890].

MARX, K. **O capital - crítica da economia política:** o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2015 [1885].

MARX, K. **O Capital - crítica da economia política:** o processo global de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017 [1894].

MOORE, B. J. **Horizontalists and verticalists:** the macroeconomics of credit money. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

MOSELEY, F. introduction. In: MOSELEY, F. (.). **Marx's theory of money:** modern appraisals. New York: Palgrave Macmilan, 2005a. p. 1-18.

MOSELEY, F. Money has no price: Marx's theorie of money and the transformation problem. In: MOSELEY, F. **Marx theorie of money - modern appraisals**. Hampshire, New York: Palgrave Macmillan, 2005b. p. 192-206.

- MOSELEY, F. The determination of the "monetary expression of labour time (MELT) in the case of non-commodity money. **Review of radical political economics**, v. 43, n. 1, p. 95-105, 2011.
- MOSELEY, F. **Money and Totality**: a macromonetary interpretation of Marx's logic in Capital and the end of transformation problem. Leiden: Brill , 2016.
- PALLUDETTO, A. W. A.; ROSSI, P. O capital fictício: revisitando uma categoria controversa. In: _____ **Texto para discussão 347**. Campinas: Unicamp - Instituto de Economia, 2018.
- PAULANI, L. A autonomização das formas verdadeiramente sociais. **Economia: revista da ANPEC**, v. 12, n. 1, p. 49-70, janeiro/abril 2011. Disponível em: <<https://www.anpec.org.br/novosite/br/volume-12>>. Acesso em: 7 fevereiro 2023.
- PAULANI, L. M. **Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito**. São Paulo: Tese (doutorado em economia) - Faculdade de economia, administração e contabilidade, Universidade São Paulo, 1991. 203 p.
- POLLIN, R. Two theories of money supply endogeneity: some empirical evidence. **Journal of post keynesian economics**, v. 13, n. 3 (spring) , p. 366-396, 1991.
- PRADO, E. F. S. Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política** , São Paulo, n. 35, p. 129-152, junho 2013.
- REUTEN, G. The money expression of value and the credit system: a value-form theoretic outline. **Capital & Class**, v. 12, n. 2, p. 121-141, 1988.
- REUTEN, G. Money as constituent of value. In: MOSELEY, F. **Marx's theorie of money - modern appraisals**. Hampshire, New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 78-92.
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- ROCHON, L. P. **Credit, Money and production**: an alternative post keynesian approach. Cheltenham and Massachusetts: Edward Elgar, 1999.
- ROTTA, T. N.; PAULANI, L. M. A teoria monetária de Marx: atualidade e limites frente ao capitalismo contemporâneo. **Economia**, Brasília (DF), v. 10, n. 3, p. 609-633, Setembro/Outubro 2009.
- SMITH, A. **A riqueza das nações. Uma investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.